



PROJETO DE LEI Nº 041-13, DE 13 DE AGOSTO DE 2013.

Altera a redação do artigo 75 e revoga o artigo 76, da Lei Municipal nº 1.751/90.

Art. 1º O Artigo 75, da Lei Municipal nº 1.751/1990, passa a vigorar acrescido do parágrafo sexto, com a seguinte redação:

Artigo 75. Ao servidor que, por determinação da autoridade competente, se deslocar eventualmente ou transitoriamente do Município, no desempenho de suas atribuições, ou em missão ou estudo de interesse da Administração, serão concedidas, além do transporte, diárias para cobrir as despesas de alimentação, pousada e locomoção urbana.

...

§ 6º O Município fornecerá alimentação e alojamento de campanha para as turmas que se deslocarem para serviço de conservação de estradas de rodagem no interior do Município, quando não haja possibilidade de fazerem refeições em suas residências.

Art. 2º Fica revogado o Artigo 76, e parágrafo único, da Lei Municipal nº 1.751/1990.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, EM 13 DE AGOSTO DE 2013.

Gil Marques Filho
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 041-13, DE 13 DE AGOSTO DE 2013.

JUSTIFICATIVA

Estamos enviando o presente projeto de lei para análise e aprovação desta Colenda Câmara de Vereadores pela exposição de motivos abaixo elencadas.

O artigo 76, da Lei Municipal nº 1.751/1990, estabelece que se o deslocamento do servidor constituir exigência permanente do cargo, não fará jus à diárias.

O Tribunal de Contas do Estado, em auditoria realizada no exercício de 2011 no item 2.1 (Processo nº 775-0200/11-9), anotou irregularidade no pagamento de diárias aos servidores que em suas atribuições tenha estabelecida a necessidade de deslocamento como exigência permanente do cargo.

Além do apontado, a equipe de auditoria sugeriu a glosa ao Administrador, ou a devolução pelos servidores dos valores recebidos a título de diárias.

Ocorre que o artigo 76 (LM nº 1751/1990), afeta diretamente as atividades dos motoristas de veículo leve, pertencentes ao quadro de servidores do município que precisam realizar viagens corriqueiras (Secretarias Municipais da Saúde, Assistência Social, Gabinete do Prefeito, etc...), e que precisam pernoitar ou ficar por vários dias no cumprimento de suas funções em outras localidades.

Outrossim, o dispositivo legal afronta outro artigo da Lei Municipal nº 1.751/1990, qual seja, o artigo 75, que trata da indenização de diárias para todo e qualquer servidor que se deslocar eventual ou transitoriamente a serviço do Município.

A indenização de diárias é direito de qualquer servidor, vez que serve para cobrir as despesas de alimentação e pousada, no entanto, a disposição do artigo 76 veda a concessão da vantagem para alguns, o que por si só afeta o direito da isonomia entre todos os funcionários públicos.

O parágrafo único, do artigo 76, que trata do fornecimento de alojamento e alimentação para as turmas de servidores que fazem o serviço de conservação das estradas do interior será incluído no artigo 75, da Lei Municipal nº 1.751/1990.

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Assim, por uma questão de justiça e igualdade entre os servidores públicos municipais, deve ser revogada a disposição prevista no artigo 76 do estatuto dos servidores públicos municipais.

São estes os motivos que justificam a aprovação do presente projeto.

GABINETE DO PREFEITO, EM 13 DE AGOSTO DE 2013.

Gil Marques Filho
Prefeito